

# FORMAÇÃO CONTINUADA: OS PROGRAMAS OFICIAIS E O AVANÇO NOS ÍNDICES DO IDEB EM SÃO GABRIEL DO OESTE-MS

**Alaíde Maria Zabloski Baruffi**  
(Professora Associada FAED/UFGD)  
[alaidebaruffi@ufgd.edu.br](mailto:alaidebaruffi@ufgd.edu.br)

**Caroline Stefanello Pires**  
(Bolsista de Iniciação Científica 2009/2010)  
[carolstefa@hotmail.com.br](mailto:carolstefa@hotmail.com.br)

**Resumo:** É crescente a discussão dos atuais desafios educacionais presentes em escolas municipais dos anos iniciais do Ensino Fundamental do Brasil. Este artigo oriundo de relatórios da pesquisa em rede Bons Resultados do Ideb: um estudo de fatores explicativos realizada pela USP,UFGD,UECE, identifica quais Programas de Formação Continuada da União foram realizados por professores e se podem ser considerados fatores explicativos para o avanço do Ideb em 2005/2007. A metodologia utilizou entrevista semi-estruturada, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Os resultados apontam que os professores cursaram as ações dos Programas: PCNs em Ação, Profa, Gestar I-II, Proinfo e Pro-Letramento.

**Palavras-chave:** ensino fundamental; formação de professores; políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980 do século XX, a temática da formação de professores tem sido interesse de especialistas da área de educação. A literatura é vasta. Despertou interesse de pesquisadores<sup>1</sup> que construíram um estado do conhecimento. O mapeamento das produções permite uma visualização das pesquisas, bem como direcionamento para novos estudos. Destarte, o apoio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED) e do Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, na abertura de espaços críticos de debates, discussões entre diferentes setores ligados a educação e envolvidos com o assunto.

Por formação de professores, partilhamos com Almeida (2006) da definição de Marcelo Garcia que a formulou como

O campo de conhecimentos, investigações e de propostas teóricas e práticas que, dentro da Didática e da Organização escolar, estuda os processos mediante os quais os professores – em formação e em exercício – se implicam individualmente ou em equipe, em experiências de aprendizagens através das quais adquirem ou melhoram seus conhecimentos, destrezas e disposições, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do ensino, do currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que recebem os alunos (1995, p 183, *apud* ALMEIDA, 2006, p 178).

Ao partilhar esta definição, percebemos seus limites e suas possibilidades para a prática pedagógica. De um lado, apenas uma formação que exige o domínio da ciência, da técnica e da arte da profissão docente, entende-se que é tratar da competência profissional. De outro, é possível ver um caráter orgânico de formação. É possível ir além do componente técnico, pois a melhoria da qualidade da educação perpassa por diferentes dimensões: humana, política, social, dimensões diretamente relacionadas no desenvolvimento da escola, do ensino, do currículo, da avaliação, dentre outros, relacionados ao social. Se for dada esta compreensão, será possível oferecer ao estudante uma escola que realize uma ação educativa capaz de prepará-lo para a compreensão e a transformação positiva da sociedade em que está inserido.

Muitos são os caminhos que podem ser escolhidos para debater formação de professores. O nosso está sendo o caminho das políticas<sup>2</sup> públicas. Estas mudam constantemente na medida em que são elaboradas e reelaboradas.

A última década do século XX foi um período de revisão das políticas públicas para a educação não só no Brasil, mas em diversos países, tendo em vista o processo de globalização das relações, principalmente, econômicas e culturais. Progressos econômicos e científicos em uma sociedade com extraordinária diversidade preocupam os docentes envolvidos na educação. A educação é tida como um dos caminhos para a transformação da humanidade que aí está. Busca-se uma sociedade com ideais de paz, de liberdade e de justiça social.

A busca de um mundo melhor perpassa pelo questionamento das políticas públicas existentes e, neste sentido, questionar tais políticas educacionais, (re)elaborá-las, na busca de uma escola democrática está a instigar aos envolvidos neste contexto social. No campo da educação a ênfase das políticas tem sido na descentralização de recursos, no ensino da educação básica e na formação continuada de professores.

Um dos desafios, hoje, está na transformação da cultura do fracasso presente nas escolas públicas brasileiras em cultura de sucesso. Essa transformação, além dos outros caminhos perpassa pelo caminho da formação continuada de professores. Reformas educacionais tornam a formação (inicial ou continuada) e o trabalho docente, tarefas complexas. Políticas de capacitação, projetos, programas e ações nacionais, estaduais, municipais e no âmbito das escolas tem sido desencadeadas nos últimos anos, resultado, em parte, da merecida atenção que tem sido dada pela literatura especializada da área da educação para a formação de professores.

Na tentativa de mudar a prática e a mentalidade do professor tem-se investido na formação continuada, tanto pelos governos através dos sistemas de ensino, quanto pelas universidades como instituição formadora, e o principal pelo próprio professor que por iniciativa própria procura se atualizar no que diz respeito às teorias produzidas na academia, com o objetivo de aprimorar a sua prática pedagógica e assim melhorar a educação.

Enquanto pesquisadora colaboradora na Pesquisa “BONS RESULTADOS NO IDEB: Estudo exploratório de fatores explicativos”, ligada ao Observatório da Educação<sup>3</sup>, pesquisa esta com o interesse de identificar iniciativas de políticas educacionais de municípios nos estados de São Paulo (por meio da Universidade de São Paulo-USP), Mato Grosso do Sul<sup>4</sup> (por

meio da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD) e Ceará (por meio da Universidade Estadual do Ceará) às quais possam ser atribuídas contribuições para alterar positivamente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, apresento um recorte da pesquisa – a formação continuada na escola municipal de maior Ideb de São Gabriel do Oeste.

Metodologicamente, é fruto de entrevista semi-estruturada com o Diretor da Escola; de pesquisa bibliográfica com destaque para os autores: Nóvoa (1991), Alarcão (1998), Demo (2002), Cunha (2003), Cury (2009), Baruffi (2010) e Pesquisa Documental: Constituição Federal (1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96); Plano Nacional de Educação (2000); Declaração de Educação para Todos (1990) e Educação de Qualidade para Todos: um assunto de direitos humanos (2007-UNESCO).

Questiona-se o seguinte: quais os programas de formação continuada da União foram realizado pelos professores e se podem ser considerados fatores explicativos para o avanço do Ideb em 2005 e 2007 na escola de maior Ideb pertencente a rede municipal de ensino de São Gabriel do Oeste-MS?

Para responder a esta questão de estudo, fez-se necessário inicialmente aprofundar o conceito de formação continuada. Na sequência, apresenta-se a caracterização do município de São Gabriel do Oeste e da rede de ensino municipal, o desempenho educacional do município e da escola; e, por último, revela quais programas de ação de FC do MEC foram realizados pela escola.

## FORMAÇÃO CONTINUADA: CONCEITOS

O conceito de formação continuada ainda esta por ser construído. Todavia, a literatura tem assegurado concepções que podem ser norteadoras de estudos.

Valemo-nos da definição de formação continuada formulada por Cunha, como

Iniciativas de formação no período que acompanham o tempo profissional dos sujeitos. Apresenta formato e duração diferenciados, assumindo a perspectiva da formação como processo. Tanto pode ter origem na iniciativa dos interessados como pode inserir-se em programas institucionais. Neste último, os sistemas de ensino, universidades e escolas são as principais agências de tais tipos de formação (CUNHA, 2003, p.368).

Compreende-se que as iniciativas devem contribuir para a re-significação da prática pedagógica do profissional da educação, de qualquer área. É um espaço permanente de produção de novos conhecimentos, de troca de diferentes saberes, capaz de proporcionar o repensar e refazer da prática do professor.

Alarcão (1998) considera que

[...] a formação continuada deverá proporcionar aos professores, o desenvolvimento de sua dimensão profissional na complexidade e na interpenetração das componentes que a constituem. Deverá ser uma formação que [...] capitalize a experiência profissional adquirida, valorize a reflexão formativa e a investigação conjunta em contexto de trabalho e reclame dos formadores a capacidade de serem mobilizadores de conhecimentos e capacidades conducentes à produção de novos saberes ou à conscientização do já tacitamente sabido. (p. 120).

Acompanhando esta perspectiva, Nóvoa (1991) acrescenta que a formação continuada:

[...] deve estar articulada com o desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos. [...] deve alicerçar-se numa “reflexão na prática e sobre a prática”, através de dinâmicas de investigação-ação e de investigação-formação, valorizando os saberes de que os professores são portadores (p.30).

A Declaração de Educação para Todos<sup>5</sup>, redigida a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em 1990, propõe uma educação de qualidade como caminho para a sociedade melhorar em todos os aspectos, com destaque para acabar com a pobreza e a exclusão.

Os compromissos gerados nessa conferência levaram os países signatários, a buscarem medidas de atender as necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, universalizar a educação básica e ampliar as oportunidades. A conferência previa, ainda, a melhoria urgente das condições de trabalho e da situação social dos professores, elementos decisivos no sentido de implementar a educação para todos.

O Brasil como signatário dessa declaração tem se empenhado em desenvolver políticas voltadas a formação continuada de professores, como uma das estratégias de melhoria da educação.

O documento da UNESCO: “Educação de Qualidade para todos: um assunto de direitos humanos”, publicado em 2007, expressa que para a educação ter qualidade é preciso superar os problemas da sociedade, tais como violência, exclusão, corrupção entre outros. Afirma que para se produzir efeito real é preciso melhorar as políticas referentes aos docentes e ao financiamento, considerados temas críticos.

Segundo Baruffi (2010) “[...] A educação é tida como um dos caminhos para a transformação da humanidade que aí está. Buscamos uma sociedade com ideais de paz, de liberdade e de justiça social.” E uma maneira de a educação ter mais qualidade é oferecer uma boa formação para seus educadores, pois são eles que ensinam e educam os (seus) alunos.

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988 “a educação, [...] será promovida [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205) e quem vai fazer com que isso aconteça para os estudantes é o professor, a escola e a sociedade, mas, como o educador está mais com o educando ele é o maior responsável e por esse motivo o professor precisa de uma boa e contínua formação.

A CF assegura ao responsável por esta formação reconhecimento pelo seu trabalho conforme se observa no, no art. 206, inciso V e VIII a:

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; [...] VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

A contrapartida do profissional da educação é estudar.

Sobre a formação continuada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), nos art. 63º e art. 66º estabelece que:

Os institutos superiores de educação manterão: [...] III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. [...]. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

No art. 61, o referido documento ressalta que:

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), a formação continuada é:

[...] uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem; [...] é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação, e visará à abertura de novos horizontes na atuação profissional. [...] Essa formação terá como finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de seu aperfeiçoamento técnico, ético e político. A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente e a busca de parceria com universidades e instituições de ensino superior. Aquela relativa aos professores que atuam na esfera privada será de responsabilidade das respectivas instituições. (PNE, p.78-79)

As referências legais revelam uma forte tendência ao investimento na formação continuada, como ferramenta para que o professor possa se manter atualizado, diante da realidade cada vez mais complexa. Assim, o professor é colocado como elemento chave para incorporar mudanças que transformem a realidade.

Existem diferentes motivos para os professores frequentarem os cursos de formação continuada, entre eles estão: a busca pelo conhecimento, informação, aperfeiçoamento, aprimoramento, mudanças e experiências, para desenvolver melhor as práticas pedagógicas nas escolas.

Alarcão (1998, p. 106) ressalta, que “a formação continuada de professores deve visar ao desenvolvimento das potencialidades de cada um, a que não é alheio o desenvolvimento de si próprio como pessoa”.

È consenso entre autores que a formação continuada deve ser um processo que resulte na melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores em seu cotidiano de trabalho escolar.

Corroborando essa compreensão Cury (2009) destaca:

Por melhor e mais avançado que seja um curso de formação acadêmica, o professor, como qualquer profissional, não sai “pronto” da universidade, mas tem necessidade de complementar, aprimorar e atualizar seus conhecimentos, por meio do processo de pesquisa. Apropriar-se de novos conhecimentos é dar continuidade à formação teórica. Além disso, no contexto de produção científica cada vez mais acelerada, é essencial a atualização permanente, democratizando o acesso ao campo de trabalho. Por outro lado, a prática não constitui mero campo de aplicação da teoria, mas também, de produção de conhecimentos (CURY, 2009, p. 300).

Continua o autor e acrescenta que a formação continuada possibilita ao professor apropriar-se do conhecimento tornando-se “um professor-investigador”, refletindo sua prática e imputando a ela novos significados com vista à compreensão das mudanças. Sobretudo, “os desafios do mundo contemporâneo implicam o conhecimento teórico-prático de uma sociedade em que a sala de aula se projeta para além das quatro paredes” (CURY, 2009, p. 301).

Observa-se que é consenso entre os autores o papel da formação continuada: atualização com vista a mudanças na prática pedagógica.

## O CONTEXTO

São Gabriel do Oeste está entre os municípios mais jovens da amostra da pesquisa. Sua emancipação política foi em de 12 de maio de 1980, pela Lei nº 74. Seu território desmembrou-se de Camapuã, Bandeirantes, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso e Coxim.

Segundo dados do IBGE:2007, a sua população urbana era 17.595 e a rural de 2.846 habitantes (2000), dos quais, 17% do total estavam na faixa etária de seis a quatorze anos de idade. Seu PIB *per capita* era no ano de 2000 R\$ 16.107,00. O IDH-M corresponde a 0,808, quando o do estado de Mato Grosso do Sul é 0,778 e o do Brasil 0,766 (PNUD,2000), com 1,70% de sua população de dez a quinze anos analfabeta. A gestão política está a cargo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) cuja coligação denomina “Crescimento com responsabilidade social).

O Município possui 4.612 domicílios, dos quais 81% recebem água tratada; 6,6 esgoto; (DATASSUS,2000).

Dentre os equipamentos culturais existentes, segundo o IBGE/cidades, se encontram duas bibliotecas, dois estádios/ginásios poliesportivos mantidos pelo poder público, três unidades de ensino superior (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Católica Dom Bosco e o Centro Universitário do Grande Dourados), lojas de discos/CD's/fitas/DVD's, livrarias, estações de rádio, geradoras de TV e provedor de internet.

Dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) apontam uma população economicamente ativa de 8.499 habitantes no ano de 2000. Com destaque para a agropecuária: 1.203, com remuneração média de R\$ 894,00.

Segundo dados da Caixa Econômica Federal, o programa governamental Bolsa Família atendeu, em São Gabriel do Oeste, 1.169 famílias em Fevereiro de 2010.

Verifica-se que no ano de 2007 o PIB de SGO era o melhor entre os municípios da amostra, bem como o terceiro melhor IDH-M.

## A REDE ESCOLAR MUNICIPAL E O DESEMPENHO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO.

A secretaria de educação está localizada no Jardim dos Pássaros, Rua Sabiá, 673. É um prédio com características de barracão. As divisórias são feitas a meio termo o que facilita a propagação do som. O ambiente da Secretaria é amplo, conta com uma razoável infraestrutura e recursos tecnológicos, como computadores, Internet, softwares, etc. Todos os departamentos estão dispostos em um mesmo andar, com divisórias laterais, mas, com livre acesso pela frente.

Os espaços são equipados com móveis novos e adequados ao trabalho. Há computadores ligados à Internet. Em cada espaço, há entre 1 e 3 funcionários em suas mesas, frente a seus computadores e que transitam e dialogam uns com os outros. Destaque a Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste-FUNGAB, localizada no centro da cidade e que em sua estrutura física abriga projetos da secretaria de educação, principalmente de formação continuada na modalidade a distancia.

O município de São Gabriel do Oeste não possui uma rede própria de ensino. Tem desde 2006 o Plano Municipal de Educação, que segundo a voz discordante<sup>6</sup> representada por um vereador do município “é como se fosse a lei orgânica do município”. Neste Plano está previsto a criação do Conselho Municipal de Educação, todavia, este documento até agosto de 2009, ainda, não havia sido aprovado no município. Segundo a voz discordante, “tenho cobrado algumas ações como, por exemplo, o Conselho Municipal de Educação, que é uma questão prevista já no Plano municipal, esse conselho já vem amarrado á lei para criar o Sistema Municipal de Educação do município de São Gabriel do Oeste”.

O Secretario de Educação informa a existência de alguns Conselhos que foram instituídos dentro do município: Conselho de Acompanhamento do FUNDEB, o Conselho de alimentação escolar e entende que todos eles são importantes porque cada um tem seu papel de fiscalização, de aconselhamento, de orientar as políticas e nos orientar, e eles são fundamentais, principalmente o (conselho) do FUNDEB que tem que acompanhar os gastos dos recursos públicos.

A rede municipal de São Gabriel do Oeste, atualmente, mantém escolas urbanas de educação infantil (creches e pré-escolas) e ensino fundamental (1º a 5º ano). No total são 05 estabelecimentos, segundo indicadores demográficos educacionais do INEP de 2007. O município não conta com o atendimento municipal rural, nem de comunidades indígenas e quilombolas.

A forma de organização do ensino é o regime seriado e o ensino fundamental tem duração de nove anos. Oferece a educação básica escolar por meio da atuação estadual, municipal e privada.

Cabe destaque a disponibilidade de espaço físico para o Núcleo de Tecnologia (laboratório de informática, biblioteca, gestão) que a Secretaria Municipal de Educação disponibiliza aos interessados em Educação a Distância, e desta forma corroborando com a Educação Superior através do Ensino a Distancia no município, oferecido através de convênios com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de São Gabriel do Oeste pode ser visualizado no Quadro 01. Tendo em vista a divulgação do resultado do Ideb de 2009 durante a pesquisa, acrescenta-se aqui, com o objetivo de complementação e atualização de dados, não para análise.

**Quadro1 - IDEB observado nos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de São Gabriel do Oeste-MS nos anos 2005, 2007, 2009, variação 2005-2007 e 2007-2009**

Município	Anos iniciais Ensino fundamental				
	2005	2007	Varição 2005-2007	2009	Varição 2007-2009
São Gabriel do Oeste	4,3	4,9	0,6	5,0	0,1

Fonte: MEC/INEP - Prova Brasil e Censo Escolar. Elaborado pelos pesquisadores.

O Município superou a meta estabelecida para o Estado de MS no período, que era em 2007 de 3,5 e em 2021, de 5,7

O quadro 2 apresenta o Ideb da escola de maior desempenho do município e a segunda com melhor desempenho no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Quadro2 - IDEB observado nos anos iniciais do ensino fundamental da Escola pesquisada nos anos 2005, 2007, 2009, variação 2005-2007 e 2007-2009**

Escola	Anos iniciais Ensino fundamental				
	2005	2007	Varição 2005-2007	2009	Varição 2005-2009
Escola Pesquisada	4,8	5,4	0,6	5,5	0,1

Fonte: MEC/INEP - Prova Brasil e Censo Escolar. Elaborado pelos pesquisadores.

Observa-se que o índice de desempenho dos alunos da escola, em todos os momentos, é superior ao índice do município, cuja meta era para 2007 - 4,4 e em 2021- 6,4.

Os indicadores de fluxo escolar do ensino fundamental (até 4ª série) no período 2001-2007 informam que:

a) a primeira série apresentou uma crescente taxa de aprovação com queda nos anos subsequentes das taxas de reprovação e culminou com taxa “zero” do abandono escolar;

b) a segunda série apresentou alta taxa de aprovação com comportamento crescente e manteve em todo o período taxa “zero” de abandono;

c) a terceira série registrou uma taxa de aprovação crescente com declínio na taxa de abandono e culminou com taxa “zero” de abandono;

d) a quarta série apresentou crescente taxa da aprovação, e decrescente taxa de abandono escolar.

## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No que se refere a formação de professores da rede municipal de São Gabriel do Oeste, as funções docentes são ocupadas por 66,80% de licenciados e 12,34 de graduados, 3,9% com ensino médio e 16,23 com curso normal médio e 0,64% sem ensino médio. A formação comprometida é dos professores da educação infantil: 85,29 sem habilitação superior.

O diretor destaca que a escola tem o melhor Ideb de São Gabriel do Oeste e o segundo melhor desempenho do Estado nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e atribui este resultado: a) bons professores; b) cuidado na escolha de professores convocados; c) a formação continuada, que é tem elevado grau de importância em São Gabriel e vem sendo realizada há quase dez anos; d) acompanhamento ao professor pela equipe pedagógica da escola; e e) remuneração salarial.

Informa, ainda, o diretor que a formação continuada é feita mensalmente e defende que quanto maior for a formação, melhor ele consegue trabalhar e a formação continuada serve para ele se atualizar. A formação também se dá por área, onde há uma troca de experiências entre essas pessoas do município e, é oferecida tanto para os professores da rede municipal, quanto estadual e particular.

A formação continuada foi iniciativa da Secretaria de Educação que colocou como meta em 2001 e desde então tem oferecida aos professores as ações dos Programas de Formação disponibilizados pelo MEC, quais sejam: PCNs em Ação, Profa, Gestar I e II, Proinfo e Pro-Letramento.

Assim como revela o estudo realizado pelo UNICEF (2010), estes programas de formação governamentais são considerados um fator importante para o avanço do Ideb, em razão da qualidade dos conteúdos e das metodologias adotadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os municípios mais jovens da amostra, São Gabriel do Oeste, com 30 anos, desponta no cenário estadual e nacional com elevado padrão econômico e social, conforme demonstrado nos indicadores.

A rede, institucionalmente fragilizada, não possui sistema próprio de ensino, mas, apresenta compromissos com a formação continuada dos professores. Há quase uma década aderiu aos Programas de Formação Continuada propostos pelo Ministério da Educação, uma vez que este dá suporte técnico e financeiro e o oferecimento se dá em regime de parceria entre Estados, Municípios e o Distrito Federal.

A escola, por sua vez, tem como proposta de melhoria da educação a política fundada na formação continuada de seus professores e, assim como a Secretaria de Educação, aderiu as ações de formação o que veio contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos nas avaliações realizadas no período 2005/2007 e, ainda, permitir ganhos qualitativos no serviço educacional no decurso até 2009.

## (Endnotes)

- 1 Destaque para as pesquisas realizadas por ANDRÉ, M.E.D.A. 1999, 2000, 2006.
- 2 Segundo Palumbo, “Política é um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes.” (p.35)
- 3 É um Programa de fomento, parceria entre CAPES e INEP, que visa o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de educação. Tem como objetivo estimular o crescimento da produção acadêmica e a formação de recursos humanos pós-graduados, nos níveis de mestrado e doutorado por meio de financiamento específico.
- 4 A amostra sul-mato-grossense valeu do índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb. Identificaram-se cinco municípios com maior Ideb, em 2007, a saber: Aparecida do Taboado, Campo Grande, Chapadão do Sul, Naviraí e São Gabriel do Oeste. Assim como cinco municípios com maior variação no indicador entre 2005 e 2007, a saber: Amambai, Bela Vista, Bonito, Paranaíba e Paranhos.
- 5 Os objetivos dessa Conferência são: Artigo 1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem; Artigo 2. Expandir o enfoque; Artigo 3. Universalizar o acesso à educação e promover a equidade; Artigo 4. Concentrar a atenção na aprendizagem; Artigo 5. Ampliar os meios de e o raio de ação da educação básica; Artigo 6. Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; Artigo 7. Fortalecer as alianças; Artigo 8. Desenvolver uma política contextualizada de apoio; Artigo 9. Mobilizar os recursos; Artigo 10. Fortalecer a solidariedade internacional;
- 6 A voz discordante é um dos informantes da pesquisa Bons Resultados do Ideb: estudos exploratórios de fatores explicativos.

## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. **Formação Continuada como Instrumento de Profissionalização Docente**. In: VEIGA, I. P. A. **Caminhos da Profissionalização do Magistério**. Campinas: Papirus, 1998.
- BARUFFI, Alaíde Maria Zabloski. **Formação Continuada de Professores: percursos e reflexões**.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 9394/ de 20 de Dez. 96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, poder executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. <<http://portal.mec.gov.br/index.php>> 20 de Novembro de 2010, às 23h32min
- \_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: MEC, 2000.
- CURY, C. R. J. Potencialidades e Limitações da Certificação de Professores. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 297-315, set./dez. 2009, disponível em <http://metaavaliacao.cesgranrio.org.br>, acesso em 03.11.2010.
- DATASUS, <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. 20 de Novembro de 2010, as 23h00min
- DEMO, P. **Professor e Seu Direito de Estudar**. In: **Reflexões Sobre a Formação de Professores**. SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. (Orgs.). Campinas: Papirus, 2002.
- OBSERVATÓRIO, <<http://observatorio.inep.gov.br/>>. 10 de Novembro de 2010, às 23h10min
- UNESCO. **Educação de Qualidade para todos: um assunto de direitos humanos**, 2007.
- UNICEF. **Caminhos do Direito de Aprender: Boas Práticas de 26 Municípios Que Melhoraram a Qualidade da Educação/Coordenação UNICEF**. – Brasília, DF: UNICEF, 2010.
- UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtiem, 1990.